

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Petrobras vai contratar até 3 mil operários para obras no Comperj.....	2
Título: Lucro do BNDES cresce 253,9% no 1º semestre	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Agência estuda proibir anúncio prévio de reajuste de combustível	4
Título: Eletrobras vive semana decisiva para viabilizar leilão	5
Título: Venda de participações amplia lucro do BNDES no 1o. semestre.....	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: Usiminas tem Mapfre e Chubb como seguradoras	7
Título: MP investigará acidente na Usiminas	8
VEÍCULO: Correio Braziliense	8
Título: Gasolina volta a subir nas refinarias	8
VEÍCULO: Valor Econômico	9
Título: Retomada da economia puxa demanda e consumo de gás sobe 23,5% em junho	9
Título: Congresso trava projetos de ajuste, mas turbina os gastos	10
Título: Comando da Petrobras enfrenta pressão contra venda de Braskem.....	12
Título: Comperj tem obras aceleradas	14
Título: Destaques	15
Título: Após cair 50% na bolsa, Ultrapar ajusta operação	16
Título: Omega investe R\$ 1,1 bi e se associa à EDF em parque solar	22
Título: CBMM estimula pesquisa e inovação em materiais	24

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Bruno Rosa****Título: Petrobras vai contratar até 3 mil operários para obras no Comperj**

Após mais de três anos com obras paradas, a Petrobras vai retomar o projeto do Complexo Petroquímico do Rio (Comperj) com a construção da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN). Hugo Repsold, diretor de Desenvolvimento da Produção e Tecnologia da estatal, disse ontem que a previsão é que sejam contratados entre 2.500 e 3 mil trabalhadores até o fim do ano, com mais de 80% de mão de obra local.

— A previsão é concluir a obra em 2020 — afirmou o diretor, em evento da entidade empresarial Lide.

Segundo uma fonte, a maior parte das vagas será de cargos como pedreiro, soldador e montador de andaime. Serão necessárias ainda outras obras, de acordo com fontes, como uma central de utilidades, que vai fornecer serviços e produtos para a UPGN, e gasodutos. Todas elas vão representar investimentos de R\$ 4 bilhões, com a geração de 5 mil empregos diretos.

A UPGN requer investimentos de R\$ 2 bilhões e será a maior unidade do tipo no país, com capacidade de processar até 21 milhões de metros cúbicos por dia. Ela vai escoar parte do gás do pré-sal da Bacia de Santos, cuja produção vai crescer nos próximos anos, reduzindo a necessidade de importação de combustível. As obras serão feitas pela chinesa Shandong Kerui Petroleum e pela brasileira Método Potencial.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Bruno Rosa****Título: Lucro do BNDES cresce 253,9% no 1º semestre**

Resultado foi o melhor do banco desde a primeira metade de 2014, com a venda de ações de empresas como Petrobras e Eletropaulo. Desempenho da carteira de empréstimos da instituição somou R\$ 6,4 bilhões

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) teve um lucro líquido de R\$ 4,76 bilhões no primeiro semestre deste ano, o que representou um avanço de 253,9% em relação aos seis primeiros meses de

2017. Foi o melhor resultado da instituição desde a primeira metade de 2014, impulsionado pela venda de ativos, como ações da Petrobras, e pela intermediação financeira.

No segundo trimestre do ano, o lucro líquido foi de R\$ 2,7 bilhões, acima dos R\$ 2,06 bilhões do trimestre imediatamente anterior. Segundo Dyogo Oliveira, presidente do BNDES, o banco teve um ganho de R\$ 1,8 bilhão com a venda das ações da petroleira entre janeiro e junho deste ano. Com isso, a fatia do banco na Petrobras foi reduzida de 16,54% para 15,24%.

— Vendemos 1,3% das ações totais da Petrobras — afirmou Dyogo, explicando que as alienações fazem parte da obrigação estabelecida pelo Banco Central de reduzir a exposição do BNDES à petroleira a menos de 25% do patrimônio de referência da instituição até 2021.

O diretor de Compliance do BNDES, Marcelo Siqueira, disse que não há como antecipar se o banco vai vender mais ações da Petrobras. O BNDES também se desfez de ações de outras empresas, como Eletropaulo, comprada em junho pela italiana Enel. O banco registrou um ganho de R\$ 1 bilhão com o negócio.

60% DA META ALCANÇADOS

A subsidiária de participações do banco, BNDESPar, somou R\$ 2,28 bilhões com ações. Da meta da empresa de vender R\$ 10 bilhões em ativos, R\$ 6 bilhões já foram alcançados. Além disso, o BNDES espera a entrada de outros R\$ 8,5 bilhões com a venda da sua participação na Fibria, cuja aquisição pela Suzano ainda depende de aprovação.

O presidente do BNDES destacou que o resultado com a intermediação financeira (a carteira de empréstimos), principal atividade do banco, chegou a R\$ 6,4 bilhões no primeiro semestre, bem acima dos R\$ 3,5 bilhões dos primeiros meses do ano passado. Isso ocorreu porque o BNDES reduziu o volume de provisão para risco de crédito de R\$ 4,7 bilhões, em 2017, para R\$ 81 milhões, neste ano.

— O resultado do BNDES foi uma composição bem interessante das áreas do banco, com a intermediação financeira produzindo 60% do resultado do banco, e as alienações societárias do BNDESPar, que produziram 40% — explicou Dyogo Oliveira.

O BNDES chegou ao fim do primeiro semestre com passivos totais de R\$ 834,5 bilhões, dos quais R\$ 367,7 bilhões são relativos à dívida com o Tesouro Nacional. Em dezembro de 2017, esse passivo era de R\$ 867,5 bilhões. Vem sendo reduzido com a antecipação do pagamento ao Tesouro. O presidente do

BNDES lembrou que o banco devolveu R\$ 60 bilhões no primeiro semestre e pagará outros R\$ 70 bilhões este mês.

A inadimplência ficou em 1,45%, menor que o 1,62% de março deste ano e que os 2,08% de dezembro de 2017. As operações com mais perdas estão ligadas ao Estado do Rio, que têm garantia do Tesouro.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Agência estuda proibir anúncio prévio de reajuste de combustível

Rio de Janeiro- A ANP(Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) prevê lançar até o fim de setembro novas regras para a divulgação de preços dos combustíveis no país. Uma das mudanças propostas é a proibição de divulgação prévia de reajustes, como a Petrobras faz atualmente.

Segundo o diretor-geral da agência, Dédo Oddone, o objetivo é dar mais transparência ao mercado de combustíveis, que virou foco de questionamentos após a greve dos caminhoneiros, em maio.

A implantação de regras para a divulgação de reajustes é resultado de consulta pública sobre o tema. Na ocasião, a ANP decidiu que não seria necessário definir prazos mínimos, mas pregou maior transparência.

O modelo em estudo determina que as empresas anunciem reajustes apenas depois de colocarem os novos preços em prática.

Além disso, os preços terão que ser divulgados por ponto de venda e não mais em médias nacionais. Hoje, a Petrobras publica os preços vigentes para o dia seguinte, sempre em uma média nacional.

Nesta terça (14), cobrará R\$ 1,9173 por litro de gasolina, alta de 0,9% com relação ao valor desta segunda. O preço do diesel está congelado em R\$ 2,0316 por litro desde a paralisação.

Oddone disse que as regras valerão para todos os produtores e importadores.

A agência estuda também obrigar que distribuidoras divulguem os preços que praticam, o que hoje não ocorre.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Taís Hirata****Título: Eletrobras vive semana decisiva para viabilizar leilão**

São Paulo- Esta semana será decisiva para o futuro das distribuidoras da Eletrobras: trata-se da última janela, antes das eleições de outubro, para aprovar o projeto de lei que viabiliza a venda das empresas ao setor privado, segundo analistas do setor.

A princípio, o leilão para privatizar as distribuidoras do Amazonas, de Roraima, de Rondônia e do Acre está previsto para 30 de agosto.

Para atrair investidores, porém, o mercado considera necessário aprovar um projeto de lei que transfere dívidas bilionárias das empresas para a conta de luz do consumidor. A medida seria uma forma de evitar um cenário ainda pior: a liquidação das companhias.

O texto já foi aprovado pela Câmara dos Deputados, mas falta o aval do Senado, que prometeu travar o projeto.

Segundo um analista que acompanha as negociações de perto, esta será a última semana possível para sensibilizar os senadores.

Uma estratégia será negociar com a bancada mineira do PT para auxiliar na busca por assinaturas ao requerimento de urgência do projeto.

O texto, além de viabilizar a venda das distribuidoras, trouxe uma emenda que amplia o prazo de concessão de geradores hidrelétricos, com objetivo de resolver uma disputa bilionária do setor.

Uma das beneficiadas pela resolução seria a Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais), controlada pelo governo mineiro — liderado por Fernando Pimentel (PT).

Das seis distribuidoras colocadas à venda pela Eletrobras, uma já foi vendida: a Cepisa (Piauí), para a Equatorial Energia.

Além das quatro distribuidoras no Norte do país — cuja venda depende da aprovação do projeto —, há o caso da Ceai, distribuidora de Alagoas. Sua venda está travada por uma decisão liminar do STF (Supremo Tribunal Federal).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Nicola Pamplona****Título: Venda de participações amplia lucro do BNDES no 1o. semestre**

Rio de Janeiro- A política de venda de ações de empresas brasileiras levou o BNDES ao maior lucro para um primeiro semestre desde 2014. Nos primeiros seis meses de 2018, o banco lucrou R\$ 4,760 bilhões, 253% mais do que no mesmo período de 2017.

A principal contribuição veio da venda de fatias na Petrobras e na Eletropaulo, que representaram ganho de R\$ 2,8 bilhões — R\$ 1,8 bilhão com a petroleira e R\$ 1 bilhão com a distribuidora, que foi comprada pela italiana Enel.

Em uma estratégia para substituir aportes do Tesouro Nacional entre suas fontes de financiamento, o banco acelerou em 2018 a venda do que chama de "empresas maduras". A expectativa é levantar R\$ 10 bilhões até o fim do ano. "Estamos perseguindo um programa de desinvestimento, que está gerando resultados para o banco", disse o presidente do BNDES, Dyogo Oliveira, ao detalhar o balanço nesta segunda-feira (13).

No segundo trimestre de 2018, o BNDES teve lucro de R\$ 2,697 bilhões, alta de 177.5% com relação ao mesmo período do ano anterior. O ganho com venda de ações da carteira somou R\$ 2,591 bilhões no trimestre e R\$ 4,101 bilhões no semestre.

Braço de participações do banco, o BNDESPar apresentou resultado positivo de \$ 3,809 bilhões no semestre, alta de 204,7% com relação ao mesmo período de 2017.

Dois terços deste total são fruto de venda de ações. Oliveira disse que o BNDES ainda espera receber em 2018 R\$ 8,5 bilhões da venda de ações da Fíbria para a Suzano, operação que depende de aprovação dos órgãos de defesa da concorrência.

No caso da Petrobras, a venda de ações ainda tem o objetivo de enquadrar a exposição do banco à estatal, sua maior cliente. As operações do primeiro semestre envolveram 1,3% do capital da petroleira.

O custo com provisões para créditos duvidosos, que contribuiu com o resultado, caiu para R\$ 81 milhões no primeiro semestre, contra R\$ 4,769 bilhões em junho de 2017.

"É o fim do ciclo de provisionamento [de fazer reserva financeira] de uma série de projetos que tiveram problemas", disse o presidente do BNDES.

Já o resultado de intermediação financeira foi de R\$ 6,535 bilhões no semestre, menor do que os R\$ 8,336 do mesmo período do ano anterior diante do declínio do tamanho da carteira e menor rentabilidade dos financiamentos.

O ritmo de desembolsos para financiamentos continua baixo: foram R\$ 27,757 bilhões no primeiro semestre, queda de 17% com relação ao mesmo período do ano anterior.

Com a necessidade de devolver recursos à União, o BNDES aprovou mudanças em sua política de dividendos, reduzindo a previsão para o mínimo legal, de 25% do lucro líquido, a partir de 2019. Em 2017 e 2018, serão 60%. O objetivo é reservar recursos para financiamentos sem necessidade de aportes do Tesouro, disse o presidente do BNDES.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães

Título: Usiminas tem Mapfre e Chubb como seguradoras

Coluna do Broadcast

A Usiminas, que na semana passada registrou uma explosão no gasômetro da usina de Ipatinga, tem apólices de seguros com as seguradoras Mapfre e Chubb para fazer frente a eventuais prejuízos por conta do ocorrido. Para danos materiais, o contrato é dividido em duas faixas. Uma com importância segurada de US\$ 7,5 milhões a US\$ 200 milhões e outra de US\$ 200 milhões a US\$ 600 milhões, liderado pela espanhola Mapfre. De acordo com a própria Usiminas, a indenização máxima que a companhia pode receber em um sinistro por danos operacionais é de US\$ 600 milhões. Os seguros vencem em dezembro. As apólices possuem, contudo, franquias atreladas. No caso da proteção para dano material, a cifra que pode ser arcada pela própria companhia chega a no máximo US\$ 7,5 milhões. Passado esse valor, o seguro pode ser acionado. No caso da cobertura de lucro cessante, a franquia era de até 30 dias de paralisação. Ou seja, a depender do estrago, os seguros podem nem ser acionados.

» Terceiros. Além das apólices para danos material e operacional, a Usiminas tem uma apólice de responsabilidade civil, que cobre os prejuízos para terceiros, com a norte-americana Chubb Seguros. Esse contrato, porém, não deve ser acionado, visto que a explosão em Ipatinga não gerou danos a terceiros. Procurada, a Mapfre confirmou que é líder da apólice de property da Usiminas, mas não fez comentários adicionais. Chubb e Usiminas não comentaram.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: MP investigará acidente na Usiminas

A Usiminas está sendo investigada pelo Ministério Público de Minas Gerais (MP-MG) em duas frentes por causa da explosão de um gasômetro da planta da empresa em Ipatinga, na sexta-feira – o acidente deixou 34 funcionários feridos. Foram instaurados dois procedimentos: um inquérito civil para apuração de danos ambientais e um procedimento criminal relacionados a suposto crime ambiental e delito de lesão corporal. Das 34 vítimas do acidente, todas já deixaram o hospital. Ontem, a empresa retomou as operações de dois altos-fornos.

Ontem, a Usiminas reportou o terceiro acidente em Ipatinga em uma semana. Um eletricitista da prestadora de serviços Inner se acidentou ao realizar a manutenção de um equipamento e teve o braço amputado. Além da explosão do gasômetro, na sexta-feira, outro colaborador terceirizado morreu na unidade, na semana passada. Procurada, a Usiminas lamentou o acidente e disse que vai apurar as causas do ocorrido. / LEONARDO AUGUSTO, ESPECIAL PARA O ESTADO, DE BELO HORIZONTE, e FERNANDA GUIMARÃES, DE SÃO PAULO

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Antonio Temóteo

Título: Gasolina volta a subir nas refinarias

A Petrobras anunciou um novo reajuste no preço da gasolina comercializada nas refinarias ontem. A partir de hoje, o combustível será vendido com um acréscimo de 0,89%, passando de R\$ 1,9002 para R\$ 1,9173. A alta foi fortemente influenciada pelo dólar, que fechou ontem cotado a R\$ 3,897, impulsionado pela instabilidade entre Estados Unidos e Turquia. As constantes alterações fazem parte da política de preços da petroleira, que leva em conta a

cotação do dólar e as oscilações do barril de petróleo no mercado internacional.

Para o consumidor brasileiro, no entanto, a mudança ainda não foi percebida. Em levantamento feito pelo Correio em 30 postos da capital, a média dos estabelecimentos foi de R\$ 4,34, valor R\$ 0,02 menor em relação à semana passada, quando o custo médio nos estabelecimentos era de R\$ 4,36. Porém, o novo reajuste deve ser repassado às bombas hoje. Para a aposentada Andirê da Rocha, 63 anos, mesmo com a estabilidade no valor do combustível nas refinarias na última semana, o preço praticado é alto e impacta em outras contas. “Lá em casa, tivemos que economizar no orçamento”, disse. A aposentada mora em Águas Claras e consome boa parte do tanque em compromissos no Plano Piloto.

O preço do combustível também atinge, diretamente, o bolso de Diego Martins, 25, técnico operacional. “Os valores continuam abusivos. Hoje, estou abastecendo a R\$ 4,25, mas vejo, diariamente, postos cobrando R\$ 4,70. Para mim, é um problema, já que moro no Novo Gama e rodo 500km por semana. São dois tanques”, diz.

** Estagiário sob supervisão de Rozane Oliveira*

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Retomada da economia puxa demanda e consumo de gás sobe 23,5% em junho

O consumo de gás natural no Brasil alcançou 72,535 milhões de metros cúbicos diários em junho, com altas de 23,47%, ante igual período do ano passado, e de 21,69%, em relação a maio deste ano, de acordo com dados apurados pela Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás). Com o resultado, o consumo de gás natural no país no primeiro semestre ficou em 61,3 milhões de metros cúbicos diários, com alta de 6,1% em relação aos primeiros seis meses de 2017.

"Depois de um período de retração da atividade econômica vivida pelo país, o consumo de gás natural segue em crescimento, mesmo com influência da paralisação dos caminhoneiros no final de maio e as paradas durante os jogos da seleção brasileira na Copa do Mundo, fatores que afetaram a produção industrial", afirmou o presidente da Abegás, Augusto Salomon, em nota.

"Também merece destaque o consumo de gás natural veicular (GNV). Esse crescimento tende a ser mais significativo com o aumento da procura pelas conversões de veículos observada a partir da crise de abastecimento de combustíveis líquidos decorrente da paralisação dos caminhoneiros. A competitividade frente aos combustíveis líquidos e a segurança na disponibilidade têm levado cada vez mais consumidores a aderir ao GNV", completou Salomon.

Com relação ao mercado de GNV, o consumo no primeiro semestre do ano foi de 5,82 milhões de metros cúbicos diários, com alta de 10,8% na comparação com igual período do ano passado. Na mesma comparação, o consumo de gás pelas usinas termelétricas avançou 18,19%, totalizando 21,8 milhões de metros cúbicos diários.

Segundo Salomon, "o aumento da geração elétrica a gás natural também foi significativo e sinaliza a importância estratégica de o país alterar o planejamento energético, prevendo a inserção das térmicas a gás natural na base do sistema elétrico para preservar e recuperar os reservatórios hídricos, em vez de apenas no horário de ponta ou em situações de risco hidrológico.

O segmento industrial registrou consumo de gás de 27,6 milhões de metros cúbicos diários, no primeiro semestre, com aumento de 3,83% ante igual período de 2017. Na mesma comparação, o consumo do setor residencial avançou 7,51%, para 1,155 milhão de metros cúbicos diários, e o da classe comercial cresceu 7,48%, totalizando 803,96 mil metros cúbicos diários. Segundo a Abegás, o número de consumidores no país é superior a 3,3 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor:

Título: Congresso trava projetos de ajuste, mas turbina os gastos

O fim do recesso parlamentar não resultou na retomada da votação de propostas importantes para o país. O Senado resolveu adiar a apreciação dos projetos de lei da cessão onerosa dos campos do pré-sal e da venda das distribuidoras da Eletrobras para depois das eleições. Oficialmente, governo ainda manifesta esperança de que os dois temas de sua lista de prioridades não serão postergados. Mas o vice-presidente do Senado, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), disse com todas as letras que os dois assuntos deveriam ser apreciados apenas após a escolha do futuro presidente.

Cunha Lima justificou que "recomenda o bom senso" que os dois assuntos somente sejam apreciados quando se souber quem será o novo presidente. Em

defesa pouco crível dos interesses da nação, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) disse não ver sentido em o governo "correr contra o tempo na reta final para se desfazer do patrimônio público a preço de banana".

Na verdade, são temas importantes e deveriam ser debatidos levando em conta o interesse da nação e não do governo do momento. Somente o leilão dos seis blocos da cessão onerosa pode render mais de R\$ 100 bilhões e garantir importantes investimentos e ajustes em outras áreas; e a venda das distribuidoras pode livrar o governo e a população de pesados encargos em um ano em que a meta fiscal prevê um déficit de R\$ 159 bilhões. Além disso, não foi bem pensando nos interesses do governo que o Congresso aprovou uma série de projetos em comissão e até mesmo em plenário, que vão acarretar pesada conta, especialmente para o próximo presidente.

A greve dos caminhoneiros parece ter sido a senha. Pressionado por 11 dias de paralisação que levou à falta de alimentos, combustíveis e até medicamentos, e imobilizou a produção do país, o governo de Michel Temer fez várias concessões que resultaram em um custo inicial de R\$ 13,5 bilhões, entre subsídio ao preço do diesel, perdão para multas e isenção de pedágio. Para compensar essas concessões, o governo buscou economizar retirando benefícios de outros setores. Foi quando ficaram mais evidentes os problemas com o Congresso. Uma dessas medidas, a retirada dos benefícios à produção de refrigerantes na Zona Franca de Manaus, com a qual esperava ganhar R\$ 1,7 bilhão, foi derrubada pelo Congresso.

Na votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias foram desfechados vários golpes. O Congresso reintroduziu o reajuste do salário do funcionalismo público em 2019, com custo estimado em R\$ 4,4 bilhões. São muitos os exemplos. Tramita projeto que obriga a União a transferir R\$ 39 bilhões para os Estados como compensação pelas perdas de arrecadação do ICMS causadas pela Lei Kandir que, em 1996, desonerou desse imposto a exportação de produtos primários e semielaborados. Outro caso é a transferência de funcionários públicos de Roraima, Rondônia e Amapá para a responsabilidade do governo federal, a um custo de R\$ 2 bilhões. São tantas as armadilhas que algumas só vêm à tona meses depois como foi o caso da Emenda Constitucional 99, que obriga a União a criar linha de crédito subsidiada para Estados e municípios pagarem precatórios judiciais. Aprovada em dezembro, surgiu como uma "surpresa" recente.

Outras vezes, os congressistas insistem em obter vantagens apesar dos vetos do governo, contando com algum "cochilo". É o caso do refinanciamento das dívidas previdenciárias de produtores rurais, cujo custo havia sido reduzido a R\$ 1,6 bilhão pelo governo dos R\$ 14 bilhões propostos inicialmente, e acabou virando R\$ 17 bilhões no relatório apresentado na semana passada.

Os autores das propostas de gastança nem mais se preocupam em seguir a Lei de Responsabilidade Fiscal, que obriga a definição de uma fonte de recursos quando o projeto implica maiores gastos. Final de mandato e proximidade das eleições são períodos muito propícios para as chantagens aos governantes e ofertas de pacotes de bondade aos grupos de pressão.

Já faz parte da história a ação do ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que soube operar bem os projetos que oneravam os cofres federais no jogo contra a gestão de Dilma Rousseff. No início de 2016, Cunha desengavetou projetos que geravam um custo aproximado de R\$ 200 bilhões, já chamados de pautas-bomba. Naquela época, o então vice-presidente Michel Temer era o responsável pela articulação política do Executivo e não foi muito bem-sucedido em driblar as pautas-bomba. Agora, tornou-se o mais novo alvo do esquema, que ganha força diante da sua baixa popularidade.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes e Graziella Valenti | De São Paulo

Título: Comando da Petrobras enfrenta pressão contra venda de Braskem

O comando da Petrobras enfrenta pressão interna contra a potencial venda das ações que detém na Braskem para a LyondellBasell. Conforme o **Valor** apurou, um grupo de técnicos da estatal tenta dissuadir conselheiros e o alto escalão de aprovarem o exercício do direito de acompanhar a sócia Odebrecht numa possível transação. A visão desse grupo é que a saída do setor petroquímico vai na contramão do que estão fazendo grandes petroleiras globais, com mais investimento em verticalização e expansão em químicos.

Odebrecht e Lyondell negociam desde 15 de junho, com acordo de exclusividade, uma combinação das empresas. A Braskem pode ser avaliada por mais de R\$ 50 bilhões - acima de US\$ 13 bilhões - para a aquisição. Juntas, a petroquímica brasileira e a holandesa resultariam na maior produtora global de resinas de plásticas com potencial para valer perto de US\$ 60 bilhões na Nyse, a bolsa americana.

A posição desse grupo ganhou fôlego com a saída de Pedro Parente da presidência da Petrobras e o início das conversas sobre o novo planejamento estratégico da estatal, que valerá para o período de 2019 a 2023. O plano em vigor, de setembro de 2016, prevê que a Petrobras se retire da petroquímica.

Avaliação é que mesmo que reveja estratégia em petroquímicos, estatal deve vender Braskem com Odebrecht

O novo presidente, Ivan Monteiro, adotou um tom cauteloso sobre o futuro dessas ações. Em diferentes entrevistas, admitiu a possibilidade de a estatal permanecer como sócia da LyondellBasell após a combinação de ativos com a Braskem e, recentemente, falou que a estatal precisa "repensar o setor petroquímico".

Mas a interlocutores o executivo tem reiterado que segue disciplinado em relação ao plano de venda de ativos - cuja meta é de US\$ 21 bilhões em 2018 - e à melhoria das métricas financeiras da Petrobras, com foco no pré-sal.

A percepção na Odebrecht e na Lyondell, conforme fontes de mercado, é a de que, apesar do debate interno, nada mudou em relação ao início das conversas e a Petrobras deve se desfazer das ações.

Pelo acordo de acionistas, a estatal tem o direito de vender suas ações junto com a Odebrecht ou exercer a preferência e comprar.

Na avaliação de fontes, as discussões podem levar Monteiro a mudar de ideia sobre a relevância do setor petroquímico, mas sem atrapalhar a venda da Braskem.

Tão logo assumiu a presidência da estatal, segundo relato de fontes, cresceu a pressão sobre o executivo para que reconsiderasse algumas das diretrizes do planejamento estratégico de setembro de 2016. O plano, lançado por Parente, prevê que a Petrobras se retire integralmente dos negócios de fertilizantes, petroquímica, biocombustíveis e distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP), com foco em atividades "com maior potencial de desenvolvimento".

Como parte do debate para o novo plano, a Petrobras realizou na semana passada um seminário interno sobre perspectivas para a indústria petroquímica e a estratégia das petroleiras. Com o avanço dos veículos elétricos ou híbridos e dos biocombustíveis, a demanda mundial por combustíveis fósseis vai crescer a taxas cada vez menores, enquanto o consumo de químicos ganhará velocidade.

Em artigo recente, a consultoria especializada MaxiQuim destacou que as novas refinarias na Ásia e no Oriente Médio produzem pelo menos o dobro do volume de petroquímicos por barril de petróleo em relação aos complexos atuais. Para IHS Markit, nos próximos dez a 20 anos, enquanto a demanda global por químicos deve crescer 4% ao ano, acima do PIB mundial, o consumo de combustíveis para transporte deve avançar apenas 1% ao ano. Shell e Saudi Aramco estão entre as grandes que ampliaram apostas na verticalização.

Conforme uma fonte, mesmo que o novo plano traga algum posicionamento diferente em relação ao setor petroquímico, a Petrobras seguiria disposta a analisar o negócio com os holandeses.

A crença de que a decisão de saída da Braskem está tomada e dificilmente mudará é reforçada pelo fato de que a estatal chegou a contratar, neste ano, Santander e Bradesco para conduzir a venda das ações que possui diretamente na bolsa - passo que depende, particularmente no caso da Petrobras, de decisões do alto escalão.

O **Valor** apurou que a equipe da LyondellBasell já visitou todas as unidades fabris da Braskem no Brasil e a expectativa é a de que a due diligence iniciada em julho acabe no fim deste mês. A partir desse momento, as discussões vão esquentar em torno do valor e das condições da operação.

A estrutura perseguida, mas que ainda não foi finalizada, é a aquisição por meio de uma incorporação da Braskem pela Lyondell, que resulta na absorção completa da empresa. Na troca de papéis, os acionistas da companhia brasileira poderão monetizar parte do que receberem. Com isso, a operação será igual para todos os acionistas da Braskem, controladores e minoritários de mercado.

O negócio, contudo, tem complexidades que vão além do consenso em torno do preço. Enquanto negocia condições de avaliação da Braskem com a Odebrecht, a Lyondell precisa negociar um contrato de abastecimento com a Petrobras.

No dia 1º, o principal executivo (CEO) da LyondellBasell, Bob Patel, esteve no Ministério de Minas e Energia (MME) numa tentativa de medir a temperatura da operação junto ao governo brasileiro. A audiência estava marcada com o **Ministro Moreira Franco**, que não pode comparecer.

Procuradas, Odebrecht e Petrobras não quiseram comentar o assunto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Comperj tem obras aceleradas

As obras da unidade de processamento de gás natural do Comperj, em Itaboraí (RJ), devem contar com entre 2,5 mil e 3 mil trabalhadores até o fim do ano, disse o diretor de desenvolvimento da produção e tecnologia da Petrobras, Hugo Repsold Júnior. A expectativa da companhia é que as obras se intensifiquem ao longo de 2019 e que a UPGN comece a operar e a tratar o gás produzido no pré-sal em 2020.

A conclusão do empreendimento exigirá investimentos de R\$ 1,95 bilhão e está a cargo da chinesa Shandong Kerui Petroleum e da brasileira Método Potencial.

"Já construímos galpão, já estamos montando estoque, já contrataram uma porção de gente [com cerca de 90% do efetivo], tudo local", afirmou o executivo, em evento promovido pelo Lide, no Rio.

A unidade terá capacidade de processamento de até 21 milhões de metros cúbicos diários de gás natural. A partir do momento que for tratado no Comperj, o gás do pré-sal será enviado para a malha interligada de gasodutos por meio de um duto de onze quilômetros, o Itaboraí-Guapimirim.

A Agência Nacional de Petróleo (ANP) avalia relançar a licitação do gasoduto Itaboraí-Guapimirim ainda este ano. Primeira tentativa do governo de emplacar um plano de concessões de gasodutos no país, o projeto acabou tendo sua licitação cancelada em 2016, devido a atrasos nos investimentos da Petrobras na UPGN do Comperj.

Segundo Repsold, a Petrobras mantém o interesse na contratação da capacidade do gasoduto, mas avalia também outras alternativas. "Existe a possibilidade de invertermos o fluxo de um gasoduto existente", disse.

A construção da UPGN do Comperj foi interrompida em 2015 pelo consórcio QGIT (Queiroz Galvão, Iesa e Tecna), quando o contrato foi rescindido pela Petrobras com 36% das obras executadas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Eletrobras e DoJ

O Departamento de Justiça (DoJ) dos Estados Unidos não vai processar a Eletrobras por questões envolvendo a lei anticorrupção do país, informou ontem a estatal, que foi comunicada sobre a questão pelo escritório americano Hogan Lovells. O escritório foi contratado para conduzir a investigação interna na Eletrobras e para defender a companhia nas investigações conduzidas nos Estados Unidos sobre o tema. Segundo a Eletrobras, o contrato com o Hogan Lovells continua vigente, pois o escritório está auxiliando a estatal na implementação de medidas de remediação e na negociação de uma resolução da investigação conduzida na companhia pela Securities and Exchange Commission (SEC, órgão regulador do mercado americano).

Elon Musk e Arábia Saudita

O fundador e diretor-presidente da montadora de carros elétricos Tesla, Elon Musk, afirmou ontem que está conversando com o fundo soberano da Arábia Saudita para financiar o fechamento de capital da companhia. Ele disse também acreditar que dois terços dos atuais acionistas decidirão permanecer na companhia, o que diminuiria a necessidade de recursos para fechar o capital, estimada em US\$ 70 bilhões, com base no preço por ação de US\$ 420 divulgado pelo próprio Musk na semana passada. "Eu continuo tendo encontros com o fundo saudita, e também estou conversando com uma série de outros investidores, algo que eu sempre quis fazer, uma vez que quero que a Tesla tenha uma ampla base de investidores", disse Musk, em texto publicado no blog da Tesla. "É apropriado completar estas conversas antes de apresentar uma proposta detalhada para um comitê independente".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Graziella Valenti e Stella Fontes | De São Paulo

Título: Após cair 50% na bolsa, Ultrapar ajusta operação

A Ultrapar, dona da rede de postos Ipiranga, da distribuidora de gás Ultragaz e de uma das histórias empresariais de maior sucesso na última década no Brasil, enfrenta um inédito período de críticas e indisposição do mercado. Depois de ter passado bem pelos piores anos da economia brasileira, com mais de uma década de crescimento contínuo, a companhia perdeu quase 50% de seu valor de mercado - nada menos do que R\$ 22,5 bilhões desapareceram - apenas nos últimos seis meses. A empresa saiu de seu recorde de R\$ 45,5 bilhões, em 1º de fevereiro, para os atuais R\$ 23 bilhões, nível de preço de 2012.

Nesse mesmo período, o Índice Bovespa recuou 10,5%, para 76,5 mil pontos. A indisposição dos investidores com o grupo deve-se à redução da rentabilidade, a partir de 2017, com problemas na estratégia comercial e perda de mercado da Ipiranga, que responde por 85% da receita e 75% do Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização, na sigla em inglês) do grupo, além de questionamentos quanto à cultura corporativa para o futuro pós-Paulo Cunha. O executivo, que foi presidente do conselho de administração desde 1998 e da companhia até 2007, se transformou na identidade do negócio e anunciou, em maio, o afastamento da gestão do grupo, devido à piora em sua saúde.

No fim de 2017, as previsões das grandes casas de análises apontavam para um Ebitda consolidado do grupo de, pelo menos, R\$ 4,2 bilhões neste ano. Agora, as projeções dos principais analistas variam de R\$ 3,45 bilhões para R\$ 3,2 bilhões. O ajuste supera os efeitos extraordinários combinados - da ordem de R\$ 500 milhões -, da multa pelo não fechamento da compra da Liquigás

(controlada pela Petrobras) e das perdas com a greve dos caminhoneiros. Isso depois de o indicador ter mostrado pequeno recuo já no ano passado, para R\$ 4,1 bilhões.

O ajuste no valor do grupo, que tem também no portfólio a líder em armazenamento de granéis líquidos Ultracargo e a de especialidades químicas Oxiteno, mais a rede de farmácias Extrafarma, não foi de uma só vez, tampouco foi suave. Agora, o cenário mais adverso que o de costume pode inclusive trazer mudança de paradigmas na estratégia do grupo, conforme o **Valor** apurou.

O conselho de administração está hoje disposto a avaliar com mais agilidade mudanças no portfólio dos negócios e, de forma inédita, a considerar associações para os principais ativos. Para aquisições, a companhia mira oportunidades de consolidação nas Américas para as operações de Ultracargo, Oxiteno e Ultragaz.

Além disso, bem recentemente, diante do aumento dos questionamentos e acidez dos analistas, passou a admitir as falhas no ramo de combustíveis e a preparar o mercado para 2019. A crença da alta cúpula da companhia é que o próximo ano será de ajustes no país e, por isso, fraco de atividade, com impacto em resultado.

A queda no preço da ação e na rentabilidade acenderam a luz amarela e deixaram descontentes até mesmo os acionistas herdeiros do fundador Ernesto Igel, organizados nas holdings Ultra e Parth do Brasil, que aumentaram seus questionamentos à gestão. Juntas, as sociedades são o que mercado chama de controladores minoritários, pois têm 31,25%, desde que a empresa unificou a classe de ações e aderiu ao Novo Mercado, em 2011.

O prêmio de confiança em governança e execução que a companhia conquistou se transformou subitamente em deságio, por causa de interrogações. A empresa perdeu a posição de "queridinha" do mercado pela avaliação de analistas de que "nada mais será como antes no setor de combustíveis", como constava de relatório do BTG Pactual de retomada de cobertura.

A Ultrapar conquistou fama pela valorização do negócio e por se transformar em uma importante pagadora de dividendos, com a expansão contínua combinada a retorno, após a compra da Ipiranga em 2007.

No fim de 2008, ano da consolidação da Ipiranga dentro do grupo, a Ultrapar valia R\$ 7 bilhões na bolsa, riqueza que foi multiplicada 5,5 vezes até o pico de fevereiro. De 2009 a 2017, os negócios do grupo geraram R\$ 10,2 bilhões de lucro líquido e a holding distribuiu aos acionistas R\$ 5,2 bilhões em dividendos. O apreço pela companhia incluía o reconhecimento de governança que

privilegiou, desde a abertura de capital em 1999, o alinhamento entre controladores e investidores de mercado.

Os questionamentos sobre a Ultrapar aumentaram após as negativas do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para as aquisições da distribuidora de combustíveis Alesat e de gás Liquigás. A partir daí, a empresa passou a ser escrutinada e a gestão da Ipiranga ganhou os holofotes, uma vez que a própria administração afirmou que faria seu crescimento organicamente.

A avaliação é que a queda na margem está associada à mesma causa da perda de participação de mercado ao longo de 2017. A companhia extrapolou nos preços para o revendedor, os operadores dos postos, deixando-os insatisfeitos e propensos a trocar de bandeira. Além disso, o valor mais alto prejudicou o volume absoluto vendido. Os contratos com revendedores têm duração de cinco anos, o que significa um potencial de troca de 20% a cada ano.

Conforme o **Valor** apurou, no diesel, que responde por 40% do volume da Ipiranga, o sobrepreço histórico de R\$ 0,01 por litro que a empresa conseguiu cobrar do revendedor chegou a R\$ 0,05. A partir do segundo semestre do ano passado, após diagnosticar o problema na controlada, a Ultrapar retomou níveis de preço considerados "normais". E, desde então, mesmo antes de admitir aos interlocutores necessidade de mudanças, voltou a se dedicar à reconquista de mercado.

Hoje, como parte dos desafios, devido ao aumento na troca da bandeira, tem quase 5% de seus mais de 8 mil postos - mais de 400 unidades - com contrato assinado, mas ainda sem operar devido a razões como licenças e autorizações. A expectativa da empresa é colocar a maior parte deles em atividade ainda neste ano.

A política comercial, que trouxe resultados extraordinários em 2015 e 2016, abriu espaço para a rival Raízen, dos postos Shell, avançar. Dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e B combustíveis (ANP) mostram que a Ipiranga perdeu a vice-liderança no volume de diesel e de gasolina. A fatia de mercado da Ipiranga no diesel caiu de 23,1% para 19,8%, na comparação entre o primeiro trimestre de 2016 e de 2018. Para efeito comparativo, a Alesat, avaliada em R\$ 2,2 bilhões na tentativa de aquisição, tinha 2,9% do mercado nesse produto. Em gasolina, a segunda posição era praticamente um empate entre as duas concorrentes, há dois anos, cada uma com pouco mais de 20%. No início deste ano, a Raízen manteve a fatia em 20,4%, enquanto a Ipiranga caiu a 19%.

Apesar do mea-culpa e da admissão do avanço da Raízen, a justificativa da empresa é que não soube rapidamente se reposicionar após as mudanças no

mercado de combustíveis, com alteração na política de preços da Petrobras, e o aumento das importações.

"A dinâmica do mercado vem mudando nos últimos dois anos e a Ipiranga precisou se ajustar à nova realidade. Estamos focando na melhoria contínua de nosso relacionamento com os revendedores, que são parceiros de longo prazo, e na alocação mais eficaz de nossos investimentos", disse ao **Valor** André Pires, diretor financeiro e de relações com investidores da Ultrapar.

Companhia admite falhas na estratégia comercial de Ipiranga e iniciou ajustes em meados de 2017

Embora a companhia negue a relação entre os fatos nas conversas com o mercado, o desvio de rota ocorreu justamente quando começou a discussão a respeito da sucessão dentro da Ipiranga, cujo superintendente é Leocadio Antunes, com 65 anos - teto da idade de referência no grupo para renovação. Inicialmente, a disputa ficaria entre Jerônimo Santos, diretor de varejo e marketing, e Flavio Dantas, diretor comercial, ambos com muitos anos de casa. Dantas, contudo, saiu da empresa, há cerca de três anos.

Após os problemas com os revendedores, a companhia passou a considerar a busca no mercado de um novo gestor para a Ipiranga. A definição, segundo fontes, deve ocorrer dentro dos próximos 12 meses.

A tentativa de entender melhor a questão da Ipiranga levou os investidores a perceberem que Ultracargo e Oxitenos também terão de enfrentar definições sobre sucessão em breve, pois seus líderes têm mais de 60 anos, assim como acaba de ocorrer com Ultragaz - com a escolha de Tabajara Bertelli Costa para substituir Pedro Jorge Filho.

Sobre isso, a posição de Pires é que "identificar e preparar sucessores é tarefa central de todos os gestores do Ultra, da diretoria executiva às gerências de cada um de nossos negócios". O diretor ressaltou ainda que a empresa tenta sempre buscar a melhor combinação entre talentos internos e externos

Mas a discussão entre os investidores foi ainda mais longe e despertou preocupações sobre o futuro da cultura corporativa da Ultrapar pós-Paulo Cunha. A avaliação, feita pelo retrovisor mas com impacto na percepção presente, é que o sucesso do modelo de gestão - que transformava executivos em sócios de longo prazo - foi até Pedro Wongtschowski, presidente do conselho de administração.

Não está claro que o grupo terá o mesmo êxito daqui para frente e a incerteza é algo que o mercado costuma penalizar sempre com as piores expectativas.

Os dois últimos presidentes da Ultrapar vieram de fora: Thilo Mannhardt e o atual Frederico Curado. Nesse caminho, o grupo perdeu profissionais como Fabio Schvartsman, atual presidente da Vale e que saiu após 22 anos de casa, e André Covre que, com 15 anos de companhia e na linha de sucessão, optou por uma troca de carreira e escolheu se dedicar a projetos no terceiro setor.

Investidores mostram preocupações com cultura do grupo pós-Paulo Cunha, que deixou conselho em maio

"Nunca mais se conseguiu o time e o alinhamento que havia quando a gestão contava, ativa e simultaneamente, com Cunha, Wongtschowski, o também sócio e ainda conselheiro Lucio de Castro Andrade, Schvartsman e Covre", disse um investidor histórico do grupo.

A questão da troca de gerações é percebida como um desafio com impacto sobre os negócios também pelos herdeiros, que hoje transferiram a Wongtschowski o bastão de guia do grupo, que era de Cunha. Há muitos anos os Igel não interferem no negócio. Wongtschowski primeiro sucedeu Cunha na presidência executiva da empresa e, agora, no conselho de administração.

O desafio do executivo e também acionista, na visão de investidores, é manter a mesma unidade dentro das famílias, num cenário de perda de valor, e ao mesmo tempo definir claramente o papel da holding Ultrapar sobre as controladas. Atualmente, elas têm grande autonomia e independência, mas estão às vésperas de trocar as lideranças.

O debate sobre sucessão e cultura bateu na porta dos herdeiros de uma forma diferente e houve um diálogo embrionário a respeito de uma combinação com Lojas Americanas, avaliada em R\$ 25 bilhões na bolsa, no fim do ano passado. Com o argumento da experiência do varejo da empresa, para operar uma rede de conveniência nos postos, a transação seria muito mais uma forma de o trio do fundo 3G Capital - Jorge Paulo Lemann, Marcel Herrmann Telles e Carlos Alberto Sicupira - chegar na base de sócios da Ultrapar. Porém, a conversa não evoluiu para além de uma cortesia de troca de ideias, uma vez que Wongtschowski não via sentido operacional e nem afinidade cultural entre as empresas.

Para completar o conjunto gerador do mau humor de investidores e analistas, o brilho do histórico de execução da Ultrapar foi arranhado pela Extrafarma, agregada ao portfólio em 2013. No quinto ano dentro do grupo, a rede ainda não dá retorno do investimento. No semestre, o Ebitda acumulado dessa unidade é negativo em R\$ 7 milhões.

Apesar de ter impacto reduzido no total absoluto, o negócio não resultou na sinergia esperada com postos e, além disso, enfrenta um mercado altamente competitivo. Há críticas à estratégia agressiva de crescimento antes de uma integração de sistemas e do conhecimento profundo desse mercado.

A rede, original das regiões Norte e Nordeste, passou de 261 lojas em março de 2016 para as atuais 401, com receita líquida anual da ordem de R\$ 1 bilhão. A explicação da empresa para o desempenho fraco é que 55% das unidades ainda estão na fase de maturação, pois cada loja nova leva de três a cinco anos para começar a ter retorno.

Valor de mercado da empresa caiu de R\$ 45,4 bilhões, em fevereiro, para R\$ 23 bilhões, ontem

De tudo, há um ponto que desagrada em particular aos herdeiros, mas sem ser fonte de preocupação relevante para o mercado. A companhia, para seu padrão histórico, está com uma alavancagem acima de sua média. A dívida líquida - em R\$ 8,9 bilhões - equivale a 2,55 vezes o Ebitda anual. Não por acaso, a redução desse patamar tornou-se discurso recorrente da administração nas apresentações ao mercado.

O grupo tem reforçado que fará uma alocação criteriosa de recursos, mesmo após ter adotado a expansão orgânica como estratégia pública. Em dezembro de 2017, a companhia anunciou o maior investimento de sua história, de R\$ 2,7 bilhões. Em maio, contudo, já cortou a previsão em 20% e agora assume discretamente que a execução de fato "deverá ser" ainda menor.

Apesar de os investidores não demonstrarem preocupação com a dívida, ela é ingrediente importante no aumento do questionamento sobre o portfólio da Ultrapar. Há mais de um ano, a Oxiten foi alvo de conversas a respeito de uma possível combinação com a Clariant. Recusada no passado, a operação encontraria um conselho de administração hoje mais simpático a este tipo de modelo.

Para a Extrafarma, a gestão não esconde planos de participar de uma esperada consolidação. E, hoje, falar em fusão nessa unidade não é mais assustador na Ultrapar, que foi identificada durante anos pela clara preferência por deter 100% dos negócios em que atua.

Formalmente, o diretor financeiro e de relações com investidores da empresa trata a questão do portfólio como natural: "O Ultra promove uma revisão contínua de seu portfólio de investimentos e das oportunidades que se apresentam", afirmou Pires. Porém, em conversas fechadas, a cúpula da companhia admite um viés novo para essa análise de rotina.

O desconto hoje atribuído à companhia é, segundo um investidor, quase uma parada do mercado para reavaliar o grupo, a fundo. Grandes casas de investimento estão atentas ao negócio, em busca de sinais para saber se o tombo na bolsa abriu, na verdade, um ponto de compra.

"O mercado é um excelente perpetuador do passado recente", disse um analista de muitos anos da companhia para explicar tanto o prêmio que a Ultrapar carregou por longo tempo como o tamanho do ajuste atual. No conselho, a queda despertou preocupações de que fundos ativistas pudessem montar posições, em busca de uma voz no colegiado. Mas, por enquanto, tudo indica que Wongtschowski terá tempo para, junto com Curado, buscar o status perdido. A companhia, que chegou a ser a 13ª maior da B3, agora está baixo das top 20.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Omega investe R\$ 1,1 bi e se associa à EDF em parque solar

A Omega Geração assinou ontem um contrato para aquisição de 50% do complexo solar Pirapora, em Minas Gerais, que tem 321 megawatts (MW) já operacionais. A transação tem investimento total previsto de R\$ 1,1 bilhão, mas o montante pode variar em função de certas condições dos desembolsos de longo prazo dos financiamentos do projeto. Esse valor inclui os desembolsos que a Omega vai fazer, e também a assunção de parte da dívida de longo prazo do ativo.

A companhia vai ficar com os 20% que a Canadian Solar tem no projeto, além de 30% pertencentes à francesa EDF Renewables do Brasil, que manterá 50% do ativo, compartilhando a gestão do complexo solar com a Omega.

Com a aquisição, a Omega vai atingir 637 MW em projetos em operação no Brasil, sendo 62% da fonte eólica, 25% de solar e 13% de energia gerada por pequenas centrais hidrelétricas (PCHs).

Até o fim do ano, a empresa deve assumir ainda 108 MW dos projetos Delta 5 e Delta 6, desenvolvidos pela Omega Desenvolvimento. Isso leva o potencial de geração da empresa a 745 MW de potência, um crescimento de 400% em relação à energia gerada pela companhia em janeiro de 2017.

"O projeto de Pirapora é ótimo, com qualidade técnica muito boa", disse, em entrevista ao **Valor**, Antonio Bastos, presidente da Omega Geração. Esse é o maior complexo solar em operação no Brasil hoje, com contratos de compra de

energia de longo prazo dos leilões de energia de reserva (LER) de 2014 e 2015. O complexo ocupa o espaço de 800 hectares, com 1,2 milhão de painéis solares instalados.

Segundo o executivo, a principal razão que levou a companhia a avaliar o projeto foi a qualidade do projeto, que tem um fator de disponibilidade acima de 30%.

Conclusão da operação depende da liberação de financiamentos já aprovados pelo BNDES e pelo BNB para o projeto

A segunda razão foi a diversificação das fontes da companhia, que ainda não tinha investimentos na fonte solar fotovoltaica. Além de ser de uma fonte diferente, o projeto fica na região Sudeste, com uma correlação muito pequena em relação ao regime de ventos das eólicas do Nordeste, o que permitirá que a companhia tenha um fluxo de caixa ainda mais previsível. Nos meses mais frios, quando a geração solar é menor, a incidência de ventos no Nordeste cresce, aumentando a energia gerada pelas eólicas. O contrário acontece no verão.

Outro motivo que ajudou a incentivar a transação foi a perspectiva de uma parceria com a EDF, que é a maior operadora de projetos de energia solar fotovoltaica do mundo. "Isso vai permitir aprendizado mútuo e poderá gerar novas parcerias no futuro", disse Bastos. As duas empresas vão ser responsáveis pela gestão conjunta do complexo Pirapora, com uma equipe local e monitoramento remoto por meio de suas respectivas sedes no Brasil, em São Paulo (onde fica a Omega) e no Rio de Janeiro (sede da EDF).

O complexo solar tem cerca de R\$ 1,2 bilhão em dívidas, mas nem todo o montante foi desembolsado. A liberação dos recursos, financiados pelo BNDES e pelo Banco do Nordeste (BNB), é condição fundamental imposta pela Omega para a conclusão da transação, que deve acontecer em dezembro.

A Omega Geração fez sua oferta inicial de ações (IPO) em julho do ano passado, na qual levantou quase R\$ 600 milhões em recursos para a companhia por meio da emissão de novas ações. Parte dos recursos foram destinados à aquisição do projeto eólico Delta 3, com 220,8 MW e que foi construído e desenvolvido pela Omega Desenvolvimento nos municípios de Paulino Neves e Barreirinhas, no Maranhão.

Enquanto a Omega Geração teve a oferta de ações na bolsa e se concentra na operação de ativos e aquisição de projetos já operacionais, a Omega Desenvolvimento segue controlada pela Tarpon, focada em projetos desenvolvidos do zero.

O projeto Delta 3 foi adquirido pela Omega Geração em dezembro, uma transação com valor total de quase R\$ 2 bilhões. Parte dos recursos vieram do IPO da companhia, que também vai fornecer o capital para parte dos desembolsos da compra dos projetos solares.

A próxima expansão da companhia deve se dar com a compra dos projetos Delta 4 e Delta 5, que foram contratados no leilão A-6 também em dezembro e atualmente estão em construção pela Omega Desenvolvimento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Ivo Ribeiro | De São Paulo

Título: CBMM estimula pesquisa e inovação em materiais

Líder mundial na produção de nióbio, a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) pretende estimular no Brasil a pesquisa e inovação no campo da ciência e tecnologia dos materiais ao lançar, hoje, a primeira edição do "Prêmio Ciência e Tecnologia". O objetivo é reconhecer, a cada ano, personalidades das duas áreas com legado deixado ao Brasil. Cada laureado, escolhido por um júri independente, receberá R\$ 500 mil. Concorrem apenas brasileiros.

"Queremos, com essa iniciativa, incentivar brasileiros a trabalhar no desenvolvimento científico e tecnológico", afirmou ao **Valor** Ricardo Lima, vice-presidente de Tecnologia e Operações da CBMM. Na empresa desde janeiro, o executivo informa que a ideia do prêmio surgiu no ano passado, de uma proposta discutida e aprovada no conselho de administração da companhia.

A categoria Ciência é direcionada para pesquisadores que contribuíram para colocar o Brasil em destaque no cenário científico mundial. A de Tecnologia abrange profissionais voltados ao desenvolvimento de aplicações profissionais e que geraram conhecimento científico de impacto econômico, social e ambiental para o Brasil.

A comissão que fará a escolha dos candidatos está em formação, informa Lima. Segundo ele, o propósito é que o grupo conte com pessoas de renome, como o presidente do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa), o presidente da Academia Brasileira de Ciências e representantes de entidades como Fapesp e Embrapii e de universidades - Unicamp, Universidade de São Paulo, UFMG, UFRJ e outras.

Lima diz que o objetivo é que as entidades científicas e tecnológicas do país façam, a partir de hoje, as indicações/inscrições de candidatos habilitados aos prêmios. Todavia, isso não limita alguém, conforme as condições especificadas,

de se apresentar. Os nomes dos vencedores serão conhecidos no fim de março do próximo ano.

"O Brasil tem algumas ilhas de excelência nessas duas áreas, mas é carente de recursos. A CBMM quer estimular e fomentar, reconhecendo, com isso, legados nessas áreas", diz Lima.

Criada nos idos de 1955, a companhia desenvolveu a tecnologia de aplicação do nióbio - metal descoberto em 1801 por Charles Hatchett - na produção de aços de elevada resistência bem como na combinação de diversas ligas com outros metais, caso do alumínio. A siderurgia é o maior cliente global.

O executivo informa que a CBMM aloca anualmente em pesquisa e desenvolvimento R\$ 150 milhões, desenvolvendo aplicações tanto em variados tipos de aço quanto em ligas com inúmeras utilizações - de tubulações de óleo e gás, automóveis, aviões até a medicina, com equipamentos de ressonância magnética.

No momento, junto com as japonesas Toshiba e Sojitz, a companhia participa do desenvolvimento de um projeto piloto de fabricação de baterias de lítio com anodos de óxidos mistos de nióbio e titânio para carros elétricos. O investimento conjunto, com duração de dois anos, é de US\$ 7,2 milhões.

A CBMM está localizada em Araxá (MG), onde explora o nióbio a partir de reservas do minério pirocloro, de onde é extraído. No mesmo local, tem as instalações de metalurgia do ferronióbio, ligas especiais, óxidos e nióbio metálico.

A empresa é controlada pela família Moreira Salles - uma das maiores acionistas do banco Itaú. Conta com dois sócios asiáticos, donos de 30%. Está apta a produzir mais de 100 mil toneladas por ano. Em 2017, a CBMM teve receita líquida de R\$ 4,78 bilhões. Exporta para mais de 50 países.

Segundo Lima, em Araxá a companhia conta com mais de 80 profissionais envolvidos no desenvolvimento de processos e aplicações de materiais que levam nióbio. Tem em seu corpo técnico sete profissionais em nível de PhD e 22 de mestrado. A empresa trabalha em parceria com universidades e consultores nacionais e estrangeiros.

A CBMM tem duas concorrentes de porte no mundo: a chinesa Cmoc, que também atua no Brasil (em Goiás), e a canadense Niobec.

MME / ASCOM .